



Só a cruz da CPI impede mal maior

29 MAR 2001 **E**ntre o espectro da CPI da corrupção e o fantasma da banda dos trombones isolados a política levita desnorteada. É meio esquisito o conceito de uma banda composta por agregação de indivíduos desconectados, mas reparando-se bem faz todo sentido por aqui. O PT do Rio de Janeiro segue o mesmo figurino e não espanta, nem assusta, ninguém. Também não ganha eleição, mas isso é outra história. A trapalhada federal é que são elas.

Saindo a CPI não se há de falar de outra coisa até 2002 e não se falará de outra coisa até 2002, caso a CPI não saia. Se a próxima reunião do PSDB concluir pela conveniência de adiar o debate sucessório, ele vai continuar, e se não decidir nada, também. A lista de perigos que, oficialmente, estariam a rondar a economia brasileira pode ser aumentada o quanto se queira, nada irá retirar da agenda sucessória a suspeita e menção de complacência governamental com escândalos administrativos, quando não cobertura a políticos e administradores escandalosos. Se algum desastre vier de fato a acontecer, pior, pois à corrupção será acrescentada a acusação de responsabilidade pelo fracasso histórico da política econômica. Exageros, sem dúvida, mas política sem grandiloquência só na república platônica, na qual, em compensação, havia zero de democracia.

Nenhum nexos necessário entre democracia e retórica mal educada, claro, mas essa também é outra história. Decisivas são a irreversibilidade da corrida pela Presidência da República e a velocidade de escape adquirida pela ordem do dia de cada dia. Ninguém consegue controlar mais a pauta do debate, nem as fontes de onde brotam revelações, vésperas de novas revelações. Nem é tão seguro que as notícias que parecem boas terminem sendo de fato boas notícias. Por exemplo, a decisão do Banco Central de não enviar ao presidente do Senado o tal relatório em que aparece citado, e que o obrigaria a torná-lo público, mas exclusivamente ao Ministério Público do Pará, deve ser considerada pelo senador como boa ou má notícia? Estimo que ele tenha comemorado cedo demais, pois a comemoração bem pode ser interpretada como evidência circunstancial de que o relatório é com efeito altamente comprometedor.

Não há vacina contra o acaso

Indo diretamente ao ponto. Só existe uma possibilidade de que o presidente do Senado saia limpo dessa embrulhada — a de que seja inocente e o comprove. A dúvida, no caso, trabalha contra o réu. É difícil, provavelmente impraticável, conciliar-se um presidente do Senado em sobressaltada e permanente fuga com a rotina institucional da Casa. Quantas vezes abdicará de conduzir os trabalhos para evitar garantir a palavra e ouvir de que não deixará de dizer o senador Antonio Carlos Magalhães? Por quanto tempo?

Vale para o resto das acusações o mesmo rastilho de desconfiança que acompanha o senador: impedir a apuração das denúncias, na extensão definida pelo Legislativo, e não pelo Executivo, equivale a somar indícios de sério comprometimento do governo com deslizes administrativos. Se o governo ainda não se deu conta, insistir na resistência a que o Legislativo assumia completo controle da faxina vem a ser o melhor alimento à campanha de Ciro Gomes. Mas, fazer o que? Independentemente de qualquer benefício que eventual CPI traga à moralidade da administração pública, é mais do que certo que a coligação partidária de apoio ao governo espatifa de vez. E, aí, a corrida sucessória muda de velocidade, talvez até de ginetes.

É bastante vulnerável a disposição tática do presidente Fernando Henrique. A partir de certo ponto, aprofundar o revide àqueles que considere desleais pelo discricionário mecanismo de demissões em massa acaba saindo pela culatra. Pega muito mal a imagem de governante vingativo, que não lhe cabe, nem lhe é própria. Acomodar-se significa entregar o exame do governo a adversários, exceto se for o próprio Executivo, via Legislativo, a comandar o processo de satisfação pública. Ainda assim, parte de sua base de apoio haverá de ser sacrificada, esgotando-se ao mesmo tempo sua capacidade de introduzir e aprovar legislação mais controversa. Em miúdos, ameaçam ser elevados os custos da ação presidencial, tanto quanto de sua imobilidade. Não há vacina contra o acaso ou analgésico para o livre arbítrio dos outros.

Toda especulação é peregrina, mas, entoaria Doris Day, o que será, será, sem o charme do colorido de Hollywood, menos ainda a certeza de que tudo terminará bem.